

TERMO DE CONTRATO PMC Nº 0010/2016

TERMO DE CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA O ANO DE 2016 POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO CATANDUVAS – SC E A EMPRESA CAPINZAL CENTER LTDA, VENCEDORA DO PREGÃO Nº 0003/2016 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0003/2016).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.414/0001-45, com sede na Rua Felipe Schmidt, nº 1.435 - Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, Exmo. Sr. Alberto Broll, doravante denominada CONTRATANTE.

CONTRATADA: CAPINZAL CENTER LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.383.088/0001-17, com sede na Rua Carmelo Zocolli, nº 483, Sala 3, Centro, Capinzal/SC, CEP: 89.665-000, doravante denominada CONTRATADA.

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1.1 A CONTRATADA fornecerá produtos para compor a Merenda Escolar para o ano de 2016 por meio da Secretaria Municipal de Educação, tudo conforme o edital de Processo Licitatório nº 0003/2016, como se aqui estivesse impresso, tal como segue:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
6	80	KG	AMIDO DE MILHO	amafil	7,48	598,40
7	30	KG	Apresentado Fatiado	pamplona	14,95	448,50
8	400	KG	ARROZ PARBOILIZADO CLASSE LONGO FINO TIPO 1 PACOTE C/ 5KG	alfinete	12,62	5.048,00
9	150	KG	Arroz Quebradinho: Fragmento de arroz, ideal para sopas, arroz tipo único, categoria quebrada, subgrupo polido	colonial	1,49	223,50
10	30	CX	AVEIA EM FLOCOS FINA CX COM 500GR	naturatte	7,69	230,70
15	800	UN	BISCOITO doce - tipo MAIZENA (emb 400 gr)	parati	3,98	3.184,00
16	800	UN	BISCOITO DOCE - TIPO MARIA (emb. 400 gr)	parati	3,74	2.992,00
18	300	PCT	Canjiquinha de Milho - Quirera - embalagem 500 gr	daju	1,60	480,00
20	15	UN	Chá de Camomila embalagem de 1 kg	incas	39,72	595,80

21	20	UN	Chá de Erva Doce embalagem 1 kg	incas	39,75	795,00
22	20	UN	Chá de Endro embalagem de 1 kg	incas	39,79	795,80
23	100	PCT	CANJICA AMARELA PCT 500GR	incas	1,65	165,00
24	100	PCT	Canjica Branca Tipo 1 pct 500 gr	incas	2,36	236,00
25	400	KG	CARNE BOVINA EM CUBOS DE 3CM SEM OSSO, FRESCA , INSPECIONADA, EMBALGEM DE 1KG	friprando	15,99	6.396,00
26	100	KG	Carne Suína picada em cubos de 3 cm, inspecionada, tipo pernil, sem osso e sem pele	friprando	13,99	1.399,00
29	300	KG	CHOCOLATE EM PÓ SOLUVEL	apti	10,59	3.177,00
31	90	PCT	COLORAU 500GR	incas	2,62	235,80
33	400	UN	EXTRATO de tomate simples concentr. (lata 850 gr)	bonare	6,20	2.480,00
34	100	PCT	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL - fortificada com Ferro e Ácido Fólico - PCT 5 KG	martelli	9,74	974,00
35	40	KG	Farinha Lactea - Composição: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, leite em pó integral, vitaminas e minerais, sal e aromatizante.	vitalon	10,75	430,00
36	100	UN	Fermento químico para bolo 250gr	royal	5,75	575,00
37	30	UN	FILTRO papel p/ café (tam. 103)	brigita	2,55	76,50
40	200	PCT	LENTILHA (pct c/ 500 gr)	daju	6,69	1.338,00
42	15.000	UN	Leite Integral Longa Vida - 1Lt	tirol	2,29	34.350,00
47	400	POT	Margarina vegetal sem sal, 0 por cento de gordura com até 20 por cento de lipídios, livre de gordura trans, cor amarelo claro, pote 500 gr	qualy	5,32	2.128,00
51	150	KG	Carne Músculo Inspeccionado embalagem 1kg	friprando	13,99	2.098,50
52	550	UN	Oleo de soja refinado sem colesterol c 900ml	coamo	3,68	2.024,00
61	400	UN	Saquinhos de chá cx 25un vários sabores	chines	2,75	1.100,00
65	700	KG	Feijão Preto	briguenti	3,60	2.520,00
66	2.000	KG	SOBRECOXA DE FRANGO	perdigão	9,88	19.760,00
67	1.000	KG	Peito de Frango	seva	10,88	10.880,00

Total	107.734,50
--------------	-------------------

1.1.1 Os produtos deverão ser de 1ª (primeira) qualidade.

1.2 O objeto ora contratado poderá ser alterado para mais ou para menos, de acordo com a necessidade de atendimento da demanda durante a vigência do contrato, até o limite previsto na Lei nº 8.666/93.

1.3 Não caberá à CONTRATADA qualquer direito de caráter indenizatório pelas quantidades não adquiridas pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA II – DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

2.1 Será de inteira responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento dos produtos descritos no objeto do presente contrato com validade, qualidade e sem qualquer custo direto ou indireto adicional relativo a transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, indenizações ou qualquer outro que for necessário ao cumprimento do objeto ora contratado.

2.2 Responder por quaisquer danos que possam ocorrer oriundos da execução do fornecimento dos produtos ora contratados, independentemente se em face do CONTRATANTE ou de terceiros eventualmente envolvidos.

2.3 Os produtos deverão atender aos padrões mínimos de qualidade exigidos no objeto, em conformidade com o edital de licitação e Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.090/90), sendo que aqueles considerados inadequados não serão aceitos e o pagamento da parcela correspondente ficará suspenso até sua regularização de forma integral, cujo prazo de reposição, a critério do CONTRATANTE, poderá ser renovado, sem prejuízo da aplicação das penalidades pelo atraso inicial.

2.4 Entende-se por produto inadequado aquele que apresentar-se com inferior qualidade, fora das especificações exigidas, e diferentes do exigido e ofertado.

2.5 Poderão ocorrer análises, desde que haja suspeita de defeitos ou inexecução parcial, acarretando o cancelamento do contrato, sem prejuízo nas penalidades previstas no Edital.

CLÁUSULA III – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO E/OU DA FORMA DE FORNECIMENTO

3.1 A entrega dos produtos será semanal, quinzenal ou mensal, de acordo com a solicitação da Secretaria de Educação no local por este indicado, após recebimento da Autorização de Fornecimento, sob pena de aplicação das normas implícitas nas Leis 8.666/93.

3.1.1 Ainda, determinados itens deverão ser entregues diariamente.

3.2 O acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do presente contrato serão realizados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

CLÁUSULA IV – DAS OBRIGAÇÕES

4.1 DA CONTRATADA

4.1.1 Dispor dos produtos, objeto do presente termo de contrato, conforme solicitação do CONTRATANTE.

4.1.2 Promover todas as ações para a boa execução e eficiência no fornecimento dos produtos, principalmente no cumprimento de todas as normas e exigências legais, regulamentares e normativas.

4.1.3 Manter, durante a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, para atendimento ao art. 55, XIII da Lei n° 8.666, de 1993.

4.1.4 Fornecer o produto apenas se houver prévia Autorização e/ou Solicitação por parte da autoridade competente, ciente de que o não cumprimento desta obrigação acarretará no não pagamento do suposto débito, bem como de que estará sujeito às penas da Lei.

4.2 A CONTRATADA fica ainda obrigada a executar o objeto do presente contrato diretamente, não podendo subcontratar em hipótese alguma, sem a anuência do CONTRATANTE, sob pena de rescisão a qualquer tempo.

4.3 A CONTRATADA tem sob sua responsabilidade todas as despesas funcionais e operacionais necessárias ao cumprimento do objeto ora contratado.

4.4 A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do presente contrato, com fulcro no art. 71 da Lei 8.666/93.

4.5 No caso de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, durante a execução do contrato, por dolo ou culpa, serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA.

4.6 O atraso injustificado no início da execução do contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) ao dia, até o limite de 20% (vinte por cento), calculado sobre o saldo contratual.

4.6.1 A multa que alude este artigo não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique outras sanções previstas no artigo seguinte.

4.7 Pela inexecução total ou parcial do contrato a administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito.
- b) Multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o saldo contratual.
- c) Suspensão temporária de participar em licitações e contratar com o Município de Catanduvas – SC, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, observados os dispositivos legais.

4.8 DO CONTRATANTE

4.8.1 Emitir as autorizações de fornecimento para que possa ser dado início ao fornecimento dos produtos;

4.8.2 Efetuar o pagamento conforme definido no ato convocatório, mediante prévia apresentação da Nota Fiscal e da competente autorização de fornecimento, e demais exigências do presente instrumento.

4.8.3 Fiscalizar e acompanhar a prestação dos serviços ora contratados orientando, coordenando e sugerindo sobre a perfeita execução do presente contrato;

4.9 O Contrato poderá ser rescindido antecipadamente nos seguintes casos:

- a) Não cumprimento de quaisquer cláusulas deste contrato;
- b) Cumprimento irregular das cláusulas deste contrato;
- c) Lentidão de seu cumprimento;
- d) O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

4.10 Realizar a despesa apenas se confirmado anteriormente a disponibilidade de dotação orçamentária para tal, com fulcro no caput do art. 60¹ da Lei 4.320/1964.

CLÁUSULA V – DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE

5.1 O valor global do presente contrato poderá perfazer a importância de R\$ 107.734,50 (cento e sete mil setecentos e trinta e quatro reais e cinquenta centavos).

5.2 Os pagamentos e a prestação dos serviços deverão obedecer ao seguinte:

5.2.1 O Município de Catanduvas – SC efetuará o pagamento a partir do 12º (décimo segundo) dia do mês subsequente ao do fornecimento, mediante apresentação da Nota Fiscal eletrônica, quando for o caso, conforme disponibilidade de recursos e observada a ordem cronológica dos pagamentos, nos termos do art. 5º da Lei n.º 8.666/93 e Instrução Normativa Municipal n.º. 01/2011.

5.2.1.1 Não será aceito boleto e todas as notas fiscais devem conter o nome do Banco, a Agência e o número da conta para depósito.

5.2.2 A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido ao **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, RUA FELIPE SCHMIDT, Nº 1435, CENTRO, CATANDUVAS, SC, CNPJ Nº 82.939.414/0001-45**. Ainda, deverá constar, por parte da CONTRATADA, a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, **contendo ainda número do Processo Licitatório**.

5.3 Nos termos do art. 65, § 1º da Lei n.º 8.666/93, a CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

5.4 Não cabe a CONTRATADA qualquer direito de caráter indenizatório pelas quantidades não adquiridas pela CONTRATANTE.

5.5. O valor do contrato somente poderá sofrer reajustes após o transcurso do prazo de um ano de vigência deste, mediante requerimento da contratada acompanhado dos devidos meios probantes das alterações inflacionárias ocorridas no período. Neste caso, utilizar-se-á como base para o reajuste o Índice Geral de

¹ Art. 60. É vedada a realização de despesa sem prévio empenho. [...]. (BRASIL, 1964).

Preços de Mercado (IGP-M).

5.6 A revisão contratual prevista no art. 65, inc. II, alínea d, da lei 8666/93 poderá ser intentada a qualquer tempo pela contratada objetivando o restabelecimento da relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da contratada e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, mediante requerimento acompanhado dos devidos meios probantes.

5.7 Em casos de reajustes e/ou revisão, a contratada deverá comprovar sua regularidade fiscal apresentando:

- a) Certidão Negativa da Dívida Ativa da União e Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais (administrado pela Secretaria da Receita Federal);
- b) Certidão Negativa de Débitos – CND (emitida pela Previdência Social);
- c) Certidão de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS) (emitida pela Caixa Econômica Federal);
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual através de Certidão (CND) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda do domicílio ou sede do licitante;
- e) Certidão Negativa de Débitos Municipais do domicílio ou sede do licitante;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho).

5.8. Os reajustes e/ou revisão, quando admitido, somente será aplicado após a celebração de Termo Aditivo, numerado em ordem crescente.

5.9. É facultado ao CONTRATANTE aplicar percentual de aumento inferior ao verificado através do cálculo das planilhas de custo.

5.10 É obrigação da CONTRATADA manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.11 As notas fiscais deverão ser emitidas no mês em que ocorrer o fornecimento, pelo preço conforme constar na proposta e no conseqüente termo de contrato..

CLÁUSULA VI – DA CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 As despesas para cobertura e empenhamento dos serviços ora contratados correrão por conta do orçamento do Município de Catanduvas – SC, para o exercício de 2016, através da seguinte rubrica contábil:

2.016.3390.00 - 100 - 11/2016 - MERENDA ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL
2.016.3390.00 - 10160 - 12/2016 - MERENDA ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL
2.179.3390.00 - 10160 - 14/2016 - MERENDA ESCOLAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL
2.179.3390.00 - 100 - 13/2016 - MERENDA ESCOLAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL

CLÁUSULA VII – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 A inexecução total ou parcial enseja sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em Lei ou regulamento, de acordo com o art. 77, da Lei 8.666/93, e suas alterações posteriores.

7.2 O presente contrato poderá, ainda, ser rescindido unilateralmente, amigavelmente ou judicialmente nos termos dos artigos 78, 79 e 80, da Lei 8.666/93, suas alterações posteriores, e conforme previsto no edital de licitação.

CLÁUSULA VIII – DAS PENALIDADES

8.1 Pelos motivos e condições previstos nos artigos 86 e 87 da Lei nº. 8.666/93, em virtude do descumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis, as penalidades em que a CONTRATADA estará sujeita, são as seguintes:

8.1.2 Advertência, para descumprimentos contratuais previstos no edital e neste contrato, ambos de natureza leve ou não reincidentes, a juízo da entidade CONTRATANTE;

8.1.3 Multa diária, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do fornecimento do “PEDIDO” em atraso na entrega, ainda que por razões de não aceitação ou cumprimento parcial, até o limite de atraso de 10 (dez) dias corridos, quando acarretará a rescisão automática, salvo se o Contratante, por interesse administrativo, decidir por concessão de novo prazo, sem prejuízo nas penalidades contratuais;

8.1.4 Multa de 10% (dez por cento) do valor total dos serviços contemplados à CONTRATADA, constantes do Contrato, no caso de rescisão sem justo motivo, nas hipóteses previstas nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78, da Lei n. 8.666/1993;

8.1.5 Multas variáveis entre 0,01% (um centésimo por cento) a 0,08% (oito centésimos por cento) do valor do fornecimento do pedido ou termo contratual equivalente caso a CONTRATADA:

- a) Entregar os serviços fora das especificações exigidas e das normas legais;
- b) Desrespeitar quaisquer das demais obrigações contratuais, previstas nesta contratação e no edital licitatório de origem.

8.1.6 Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação pela recusa da CONTRATADA em assinar o Termo de Contrato, quando cabível, ou retirar a autorização de fornecimento, dentro do prazo estabelecido;

8.1.6.1 Incide na mesma multa prevista no subitem anterior a CONTRATADA que estiver impedida de assinar o Termo de Contrato ou retirar a autorização de fornecimento pela não apresentação dos documentos devidamente atualizados, solicitados, deste contrato.

8.1.7 Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor do serviço a ser entregue, pela entrega em desconformidade com as condições desta contratação independentemente da obrigação de repô-lo.

8.2 A cobrança de multas será feita, mediante desconto do pagamento da(s) fatura(s), se for (em) apresentada(s) após a sua aplicação, ou ainda, cobrada diretamente da CONTRATADA, se a fatura for insuficiente.

8.3 No caso de cobrança de multa diretamente da CONTRATADA, esta deverá ser recolhida dentro do prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da correspondente notificação, garantida prévia defesa.

8.4 A incidência de multa poderá ser acumulada a outras penalidades e sua aplicação não impedirá que a entidade contratante, adote as medidas judiciais cabíveis.

8.5 As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública e seus órgãos da administração direta e indireta, poderão ser aplicadas á licitantes ou contratadas, juntamente com as de multa prevista no contrato.

8.5.1 A aplicação de quaisquer destas sanções, será publicada no Diário oficial do Município.

8.6 A CONTRATADA poderá, ainda, sujeitar-se às sanções deste contrato caso:

8.6.1 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer dos tributos.

8.6.2 Tenha praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação.

8.6.3 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com o Município, em virtude de atos ilícitos praticados.

8.7. Poderá a CONTRATADA, a juízo do CONTRATANTE, responder por perdas e danos, independentemente das multas previstas no presente documento.

8.8 No caso de rescisão contratual, cessarão automaticamente todas as atividades relativas à CONTRATADA.

8.9 Caso o Município não utilize a prerrogativa de rescindir o Contrato, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a CONTRATADA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

8.10 A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE nos casos de rescisão administrativa, previstas nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93 e demais alterações, sem prejuízo nas prerrogativas e consequências previstas nos artigos 80 a 85 da mesma lei.

CLÁUSULA IX – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1 Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando suspensa à mesma, até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA X – DA PUBLICIDADE

10.1 O extrato do presente contrato será publicado na Imprensa Oficial do Município de Catanduvas – SC e no mural municipal de divulgações junto à Prefeitura.

CLÁUSULA XI – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

11.1 Este Contrato tem vigência da data de homologação até 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

11.2 Para a contagem de prazos observar-se-á o disposto no art. 110 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA XII – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

12.1 Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/93, sempre através do termo aditivo, numerado em ordem crescente.

CLÁUSULA XIII – DO FORO

13.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Catanduvas – SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 Fica a CONTRATADA ciente que a assinatura deste termo de contrato implica a aceitação de todas as cláusulas e condições estabelecidas, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento desta contratação e de seu edital de origem.

14.2 E por estarem ambas as partes justas e contratadas, dando tudo por bom e valioso, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas que de tudo conhecimento tiveram, sendo uma das vias arquivada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Catanduvas – SC, conforme dispõe o art. 60 da Lei n.º 8.666/93.

Catanduvas – SC, 25 de janeiro de 2016.

ALBERTO BROLL
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO
Contratante

CAPINZAL CENTER LTDA
Contratada

Testemunhas:

Nome:
C.I.

Nome:
C.I.

Juliane Perotoni
Consultora Jurídica
OAB/SC nº 33.765